



326

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo na Apelação nº 0291599-7

Embargantes: Almir Delgado Lobo e Outros

Advogada: Walleska Vila Nova Maranhão

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurador: Emanuel Becker Torres

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. MOTORISTA DE CARRO FÚNEBRE. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE VERBA SALARIAL ESPECÍFICA DE TRABALHADORES CELETISTAS. VEDAÇÃO PELA LEI Nº 11.216/95. EQUIPARAÇÃO COM OS OCUPANTES DE CARGO PERMANENTE. PEDIDO NEGADO. OMISSÃO INOCORRENTE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS NÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1- Não restou configurada a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, que venha a macular a decisão ora fustigada.

2 - A decisão embargada apreciou as questões trazidas pelos recorrentes ao considerar que, ao contrário do que alegam os embargantes, o contrato de trabalho celebrado entre as partes no ano de 2003 estava sob a égide da Lei nº 11.216/95, que é posterior a Lei 10.954/93 invocada como lastro legal de seu pleito, dispondo sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo a previsão de que os contratados tenham direito a receber qualquer verba de natureza indenizatória nas quais se incluem o adicional noturno, hora extra, vales transporte e alimentação e salário família de modo que sua percepção encontra-se vedada pelo texto legal.

3 - Do mesmo modo, a decisão embargada foi bastante clara ao denegar o pedido de concessão de adicional de insalubridade aos embargantes, ao destacar que o art. 37 inciso X da Carta Magna dispõe que a remuneração dos servidores somente poderá ser fixada ou alterada através de Lei específica, sendo necessário que haja uma lei instituidora



327

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

para o referido adicional, especificando as condições e o exato contexto do que seria a insalubridade, definindo a atividade de natureza especial, hipótese que não foi verificada no presente caso o que impede a concessão do adicional pleiteado.

4 - A decisão atacada apreciou todas as alegações trazidas pela parte recorrente, porém, com um entendimento contrário aos seus interesses.

5 - Embargos Declaratórios conhecidos apenas para fins de prequestionamento da matéria avençada, porém não providos por decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo na Apelação nº 0291599-7, acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, porém, negando-lhe provimento, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P. R. I.

Recife, 03/10/2013.

José Ivo de Paula Guimarães
Relator



328

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo na Apelação nº 0291599-7

Embargantes: Almir Delgado Lobo e Outros

Advogada: Walleska Vila Nova Maranhão

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurador: Emanuel Becker Torres

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo interposto pela parte ora embargante, mantendo a decisão terminativa que também desproveu o Apelo formulado, preservando a sentença que julgou improcedentes os pedidos articulados na inicial, por considerar que os recorrentes não fazem jus as não fazem jus às verbas pleiteadas por estarem submetidos a regime próprio que é regido por legislação específica.

Alegam os embargantes que a decisão vergastada foi omissa quanto a sua alegação de que o contrato de trabalho que os vinculam com a administração pública foi celebrado em maio de 2003, na vigência da Lei Estadual nº 10.954/93, cujo art. 7º lhes concederiam o direito às verbas pleiteadas, pois teriam sido contratados para exercerem o cargo de motorista de carro fúnebre através de contrato temporário, o que lhes permitiriam receber remuneração idêntica à fixada para os servidores ocupantes de cargos permanentes, determinação esta que seria reforçada pelo art. 9º da mesma lei.

Alegam, ainda, que também têm direito às verbas relativas ao adicional noturno, hora extra, adicional de insalubridade, vales transporte e alimentação e salário família, porque não se tratam de verbas exclusivamente celetista, mas que derivam da própria CF/88.

Ao final, requer que seja dado provimento aos presentes aclaratórios, com a concessão dos efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



329

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo na Apelação nº 0291599-7

Embargantes: Almir Delgado Lobo e Outros

Advogada: Walleska Vila Nova Maranhão

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurador: Emanuel Becker Torres

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Com efeito, segundo a correta inteligência da norma inserta no art. 535, do digesto processual civil, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, na hipótese, que o julgado promoveu a análise suficiente de toda a matéria trazida no recurso.

Nesse sentido está firmada a orientação da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 128 e 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.) 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum, não há como prosperar, porquanto inócuentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. [...] 8. **Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.** 9. Agravo regimental desprovido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1101780/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 03/12/2009).



330

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - ART. 149, V DO CTN - INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO E DE PAGAMENTO TOTAL DO CRÉDITO - CONTRADIÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA. 1. **Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.** 2. Conforme jurisprudência majoritária do STJ, havendo pagamento parcial de tributo, o Fisco deve lançar a diferença no prazo previsto no art. 173, I, do CTN. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1109558/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 02/12/2009) - grifos nossos.

No caso em apreço, não vislumbro a ocorrência da omissão argüida pelos embargantes, visto que a decisão vergastada deixou claro que, ao contrário do que alegam os recorrentes, o contrato de trabalho celebrado entre as partes no ano de 2003 estava sob a égide da Lei nº 11.216/95, que é posterior a Lei 10.954/93 invocada como lastro legal de seus pleitos, dispondo sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, estando, portanto, os autores submetidos a este regime, não havendo dúvida de que tinham pleno conhecimento da situação na qual estavam inseridos durante todo o período em que permaneceram no serviço público, ou seja, de que seu vínculo com a Administração tinha caráter meramente temporário.

Ocorre que, que na citada Lei não há a previsão de que os contratados tenham direito a receber qualquer verba de natureza indenizatória nas quais se incluem o adicional noturno, hora extra, vales transporte e alimentação e salário família de modo que sua percepção encontra-se vedada pelo texto legal.

Percebe-se, portanto, que o vínculo estabelecido entre os autores e o réu tem natureza jurídico-administrativa, duração temporária, submetendo-se a regime específico e não celetista, não sendo capaz de conceder aos insurgentes o direito de se sujeitarem ao regime jurídico próprio dos servidores estatutários, uma vez que este estende-se unicamente aos servidores públicos efetivos, isto é, aos ocupantes de cargos de provimento através de concurso público, não sendo possível sua concessão àqueles cujo vínculo advém de contrato temporário, não havendo motivo para reformar a sentença nesse tocante.

Já no que tange ao adicional de insalubridade, tal matéria também foi abordada de maneira clara e precisa na decisão atacada que considerou que o art. 37, inciso X da Carta Magna dispõe que a



331

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

remuneração dos servidores somente poderá ser fixada ou alterada através de Lei específica, sendo necessário que haja uma lei instituidora para o referido adicional, especificando as condições e o exato contexto do que seria a insalubridade, definindo a atividade de natureza especial, hipótese que não foi verificada no presente caso o que impede a concessão do adicional pleiteado.

O mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

Verifica-se, pois, que a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utiliza os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame pretendido em sede de Embargos de declaração.

A propósito, confirmam-se os seguintes arestos do STJ:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA RECEBIDA POR PROCURADOR DIVERSO DO REPRESENTANTE NO FEITO - POSSIBILIDADE - ABANDONO DA CAUSA - APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO III E § 1º, DO CPC - EXTINÇÃO DO FEITO - AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Despiciendo que a intimação se dê na pessoa do representante judicial atuante no feito já que a intimação não foi feita via remessa dos autos, hipótese prevista no parágrafo único do art. 25 da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execuções Fiscais. 2. In casu, a intimação da Fazenda Pública deu-se na forma do caput do referido dispositivo legal, e recebida, pessoalmente, pelo Chefe do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município. Assim inexistente qualquer nulidade a ser sanada quanto ao ato intimatório. 3. **O embargante, inconformado, busca, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.** 4. A inteligência do art. 535 do CPC é no sentido de que a contradição, omissão ou obscuridade, porventura existentes, só ocorre entre os termos do próprio acórdão, ou seja, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc, o que não ocorreu no



330

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

presente caso. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1130484/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 07/12/2009).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 482 DA CLT. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. 1. **Consoante dispõe o art. 535 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a expungir do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando, em regra, via própria à rediscussão do mérito da causa.** 2. O acórdão proferido pelo Tribunal a quo, com fundamento nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela não-evidência da autoria dos fatos imputados ao agravado e pela não-configuração dos tipos jurídicos trabalhistas previstos no art. 482 da CLT. 3. Neste contexto, sua reforma demandaria o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 4. Não demonstrando o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ou mesmo equívoco manifesto, capaz de ensejar a inversão do julgamento, não merecem acolhida os embargos. Precedentes. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 747529/RJ, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, DJ 01/12/2009) – grifos nossos.

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do acórdão.

Feitas essas considerações, voto pelo conhecimento dos aclaratórios apenas para fins de prequestionamento da matéria avençada, porém, negando-lhe provimento.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator